

Património de Macau um álbum da sua história

L u í s A n t ó n i o D u r ã o

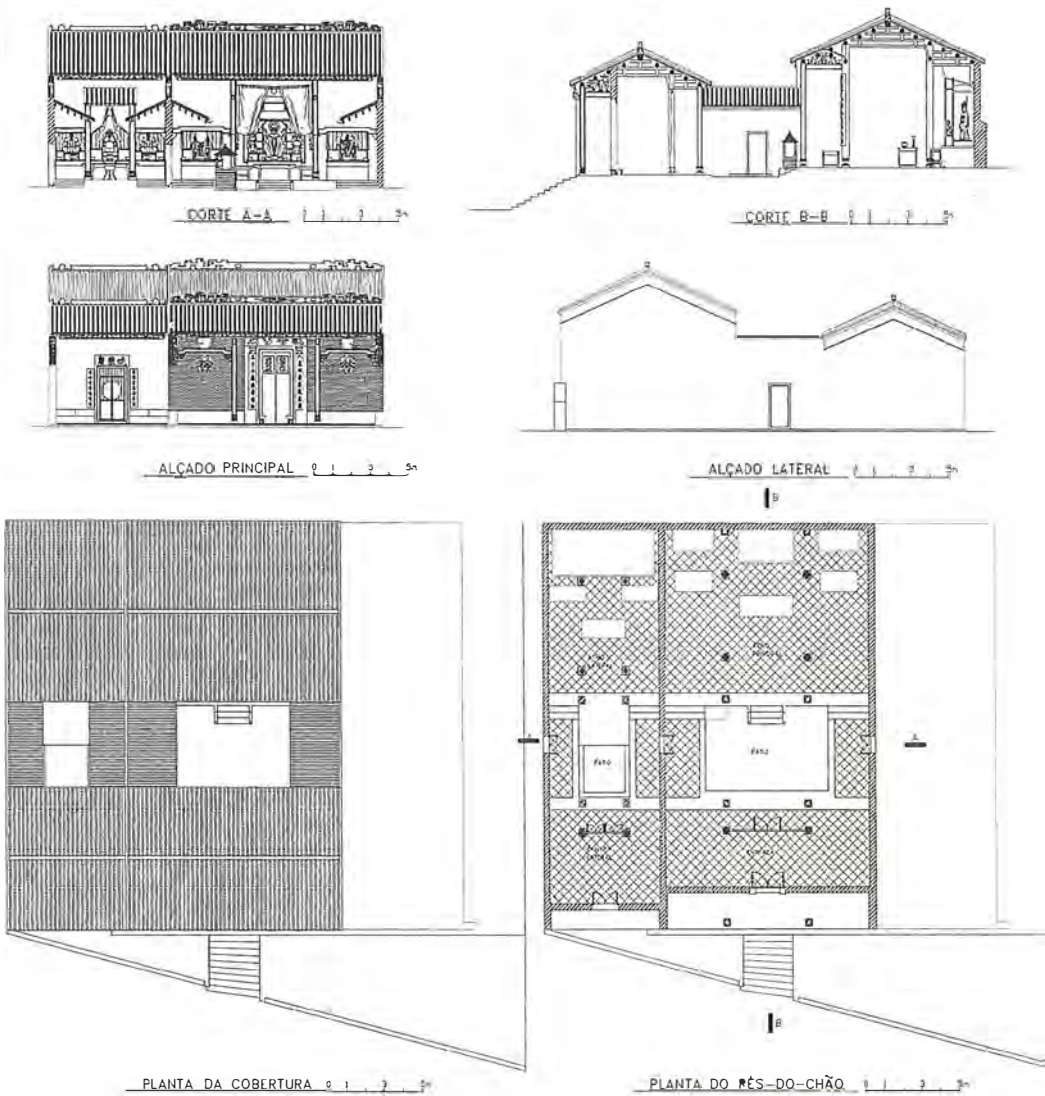
Um arquitecto nacionalista chinês da Formosa, que conheci num congresso em Cantão sobre habitações de arquitectura vernacular chinesa, a propósito de Macau, disse-me em tom de simpática brincadeira que os chineses consideravam o território como uma borbulha no traseiro da China que por vezes tiveram que coçar, quando incomodava. Respondi-lhe que a borbulha infectou.

Antes da chegada dos portugueses

POUCO SE SABE ACERCA DA PENÍNSULA DE MACAU antes do século XVI. Sabe-se que existiam três aldeias de pescadores, Mong-Há, Patane e Barra, habitadas por gente oriunda da província de Fuquiem.

No local onde actualmente se implanta o Templo da Barra, junto a uma das primitivas aldeias, existia já um templo dedicado à Deusa Taoista Tin Hau ou À Má, ou ainda Ma Tchu, oriunda de Fuquiem e venerada originalmente por gente que de qualquer modo estivesse ligada ao mar. Posteriormente, tornou-se uma das mais populares venerações em toda a China.

Conta a lenda que uma donzela de Fuquiem, pretendendo vir para Macau, pediu a diversos

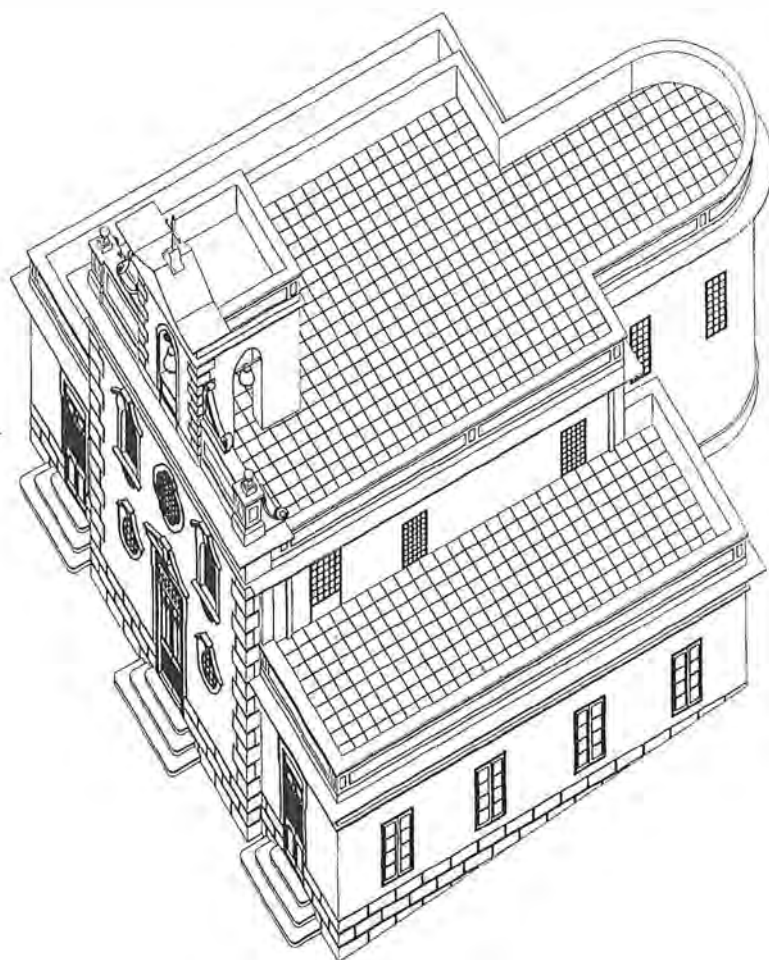




ALÇADO PRINCIPAL

0 1 3 5m

Alçado principal da Igreja de S. Francisco Xavier,
em Coloane.



Fachada da Igreja de S. Francisco Xavier.
Fotografia de Jean Doat.



mareantes que a trouxessem nos seus juncos. Todos recusaram, à excepção de um dos mais humildes, que se prontificou a trazê-la, sem benefício próprio.

Antes de chagar a Macau, levantou-se no mar grande tempestade. A donzela de Fuquiem tomou então o comando da embarcação, dominando os elementos em fúria.

Todas as outras embarcações foram engolidas pelo mar em fúria, exceptuando-se aquela que a transportava, e que ela pilotava, e que mercê disso chegou a salvo e a bom porto, na península de Macau.

Ao chegar a terra, a donzela desembarcou e, subindo a colina que se encontrava defronte do local de desembarque, desapareceu no meio do arvoredo.

Assistindo ao milagre de transportar a salvo a tripulação do barco e ao seu desaparecimento na colina que havia subido, logo reconheceram a acção da milagrosa e santa Concubina Celestial, a Deusa Tin Hau ou À Má.

Apressaram-se então a construir um templo em sua honra, eventualmente no século XV da Dinastia Ming. Segundo uma inscrição existente na face interior da soleira da porta, que P. Manuel

Teixeira refere, teria sido construído «na dinastia Ming (1366-1644), no reinado de Mán Leck (1573-1619) no ano Ut Chi (1605), 33º ano de Man Leck. Foi reconstruído na dinastia Ming no reinado de Song Ch'ing (1628-1644), no ano K'ei Chi (1629), 2º ano do reinado de Song»¹.

No entanto, e segundo o mesmo autor, a sua origem é anterior, uma vez que Mateus Ricci, que chega a Macau em 1582, já refere a sua existência.

Trata-se de um dos mais belos templos do território, muito ampliado ao longo dos tempos e profusamente representado por artistas do século XIX, que o visitaram e se renderam à beleza romântica do seu enquadramento, de diversos pavilhões pela colina acima, ensombrados de magníficos bambus e banianas, ou árvores do pagode.

Na outra aldeia de Mong-Há, existe outro templo dedicado à deusa budista Kun Iam, que segundo a tradição popular terá também sido erigido antes da chegada dos portugueses a Macau «sobre três tijolos que abrigavam primeiro uma imagem da Pou Sat toda Misericordiosa, a que ouve as nossas preces – Kun Iam, a Nossa Senhora do chineses budistas». Segundo essa lenda popular, «esta imagem foi encontrada a boiar nas águas do rio nos fins da dinastia Song ou nos fins da dinastia Un por crianças que guardavam cabras, perto do local onde hoje se ergue o Lin Fong Miu»².

Este templo, quase contemporâneo à chegada dos portugueses, é o Kun Iam Tchai, ou Pequeno, junto ao outro, também de Kun Iam, o Grande, mas construído mais tarde.

São dos mais interessantes templos chineses de Macau, só rivalizados pelo de Lin Fong Miu, junto à Porta do Cerco, do outro lado da Colina de Mong Há, mas construído este, muito provavelmente, na segunda metade do século XVIII.

Um terceiro templo, o de Macau Seac, e dedicado a Tin Hau, também teria sido construído antes da chegada dos portugueses a

Macau. Tal presunção não tem rigor histórico e há autores que advogam o contrário. Localiza-se no sopé Nordeste da colina de D. Maria II, antigamente junto ao mar, mas agora afastado dele pelos aterros recentes dos princípios do século XX.

Os primeiros 150 anos A formação da cidade na prosperidade

Depois de muitas tentativas goradas dos portugueses em estabelecer um interposto comercial fixo na China, é finalmente «consentido o estabelecimento dos portugueses em Macau» em 1557, data tida como oficiosa, ano em são derrotados os piratas do Rio das Pérolas, com o auxílio dos portugueses³.

Muito embora a tão apregoada questão da cedência de Macau aos portugueses, em virtude do seu auxílio na luta contra os piratas que infestavam os mares do Sul da China, seja controversa entre historiadores, o certo é que os portugueses, destros em guerra de mar, auxiliaram por diversas vezes o Celeste Império na luta contra a pirataria que tradicionalmente infestava os seus mares, mesmo durante os séculos XIX e XX. Por exemplo, em 1809, o vice-rei de Cantão pede auxílio a Macau para combater o pirata Cam Pau Sai, ao que o Capitão de Artilharia José Alcoforado de Azevedo acede, a expensas do Leal Senado, sem qualquer ajuda dos chineses, obtendo retumbante vitória⁴. Já no século XX, em Julho de 1910, as lanchas-canhoneiras «Macau» e «Pátria» juntam esforços e erradicam os piratas que ocupavam a ilha de Coloane, libertando-a do seu jugo, para gáudio da população da ilha⁵. O monumento erigido em frente à igreja de S. Francisco Xavier, classificado como Monumento, assinala o acontecimento.

Mas a razão da nossa fundação de Macau e de tão longa permanência nesse território deve-se à inteligente capacidade de compreensão,

tanto dos portugueses como dos chineses, em tirar proveito de tão ousada associação.

A convergência de interesses, que os portugueses logo viram, fê-los insinuarem-se, pela negociação, junto do Celeste Império, ajudados pelos jesuítas, que na corte em Pequim gozavam de grande prestígio em face da altíssima craveira intelectual e científica dos padres da Companhia de Jesus e que tão bem foram os embaixadores da causa sua e nossa, junto do Imperador. Com efeito, os portugueses compreenderam logo que a sábia conjugação de interesses convergentes poderia beneficiar a todos, o que aconteceu.

Aproveita a China, usando o tradicional porto de mar cosmopolita de Cantão (fechado por Decreto Imperial ao comércio externo, em 1522), exportando os bens produzidos no seu Interior e importando o que necessita, através do contrabando com o Japão, feito por portugueses, não sem a «vista grossa» do Imperador, que também disso aproveitava.

Aproveitam os portugueses que estabelecem a carreira comercial regular entre Macau e o Japão, de que mantêm o monopólio por cerca de 130 anos, desde a data da chegada de Jorge Álvares à China, em 1513, até à queda de Malaca nas mãos dos holandeses, em 1641.

Aproveitam os jesuítas e as outras ordens religiosas, que logo se instalam em Macau, no sonho da evangelização da China e do Japão, contribuindo assim, em especial os jesuítas, para as primeiras grandes alterações das mentalidades da China, abrindo caminho para a sua progressiva ocidentalização, o que aconteceu e teve por base permanente, Macau.

O conjunto da Igreja da Assunção de Nossa Senhora do Colégio da Madre de Deus, de que só resta a magnífica fachada, vulgarmente conhecida por Ruínas de S. Paulo, os vestígios arqueológicos da igreja e de parte da residência e colégio anexos e ainda a Fortaleza do Monte, construída pelos jesuítas de Macau, são o centro irra-

diador da contínua evangelização da China e sua progressiva ocidentalização.

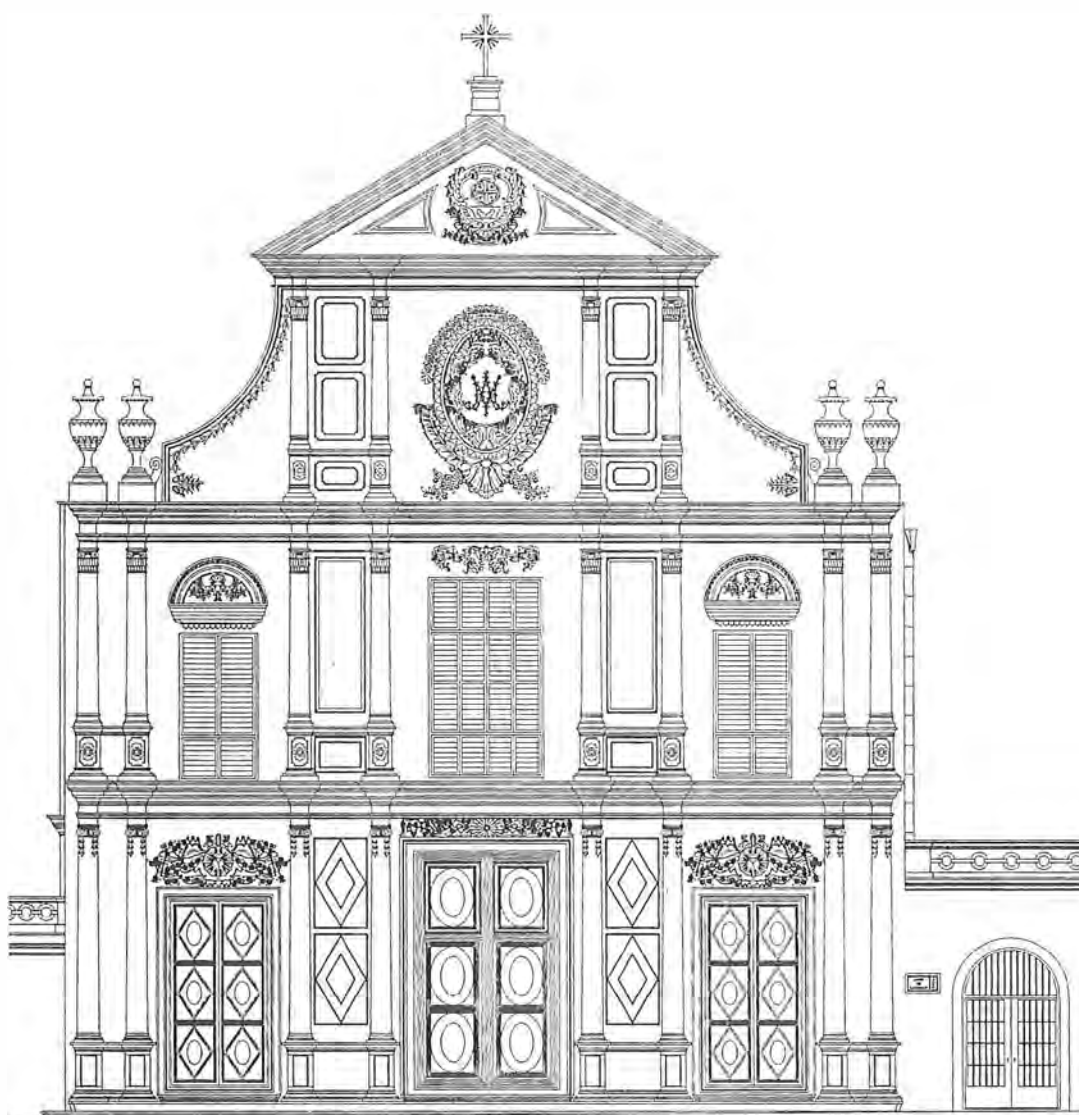
Com efeito, Macau representa na história da China e do mundo, um ponto de constante influência das mentalidades, abrindo-as para a cultura ocidental, com particular e natural relevo, a cultura portuguesa, que se apresenta como o estandarte da cultura romana europeia.

Nesse local, e para assinalar a sua importância histórica e cultural, com as consequências universais que todo o espaço oriental do globo hoje representa, foi criado um museu do sítio, após aturada investigação arqueológica, que puseram a descoberto as fundações da igreja destruída pelo fatídico incêndio de 1835.

Hoje, os habitantes de Macau e outros visitantes podem visitar o local, que não é mais somente uma magnífica fachada em granito, mas sim um templo que se estende por detrás dessa fachada, e onde poderão compreender factos importantes da história da humanidade e do papel essencial que Macau desempenhou nesses acontecimentos que mudaram o rumo da história. Por seu lado, a Fortaleza do Monte, sobranceira à cidade, é ponto de visita obrigatória, não só pela panorâmica que daí ainda se disfruta, como também, sendo a fortaleza mais importante de Macau, por ajudar a compreender o importante papel que a linha defensiva da cidade desempenhou, na sua resistência aos ataques dos holandeses, derrotados a 24 de Junho de 1622, por tiro de bombarda certo, que o Padre Rho, jesuíta astrónomo vindo de Pequim⁶, disparou do baluarte nordeste, na direcção das tropas estrangeiras desembarcadas, que passavam a planície fora dos muros da cidade, na Estrada da Vitória, em local onde hoje se encontra o monumento comemorativo dessa vitória, no jardim com o mesmo nome e classificado como Sítio.

É durante o século XVII que a linha defensiva de Macau é construída, com a relutância dos

Alçado principal da Igreja do Convento de S. Domingos.



Fachada da igreja barroca de S. Domingos.
Fotografia de Jean Doat.

Chineses, que a viam com suspeita, e que, por diversas vezes, mandaram destruir, com medo que fosse construída no intuito de virem a constituir pontos de conflito e de incursões no seu território. O episódio do ataque dos holandeses

e as inúmeras negociações e peitas dadas aos mandarins demoveram a resistência chinesa, que sem argumentos aceitou o inevitável, com medo de outras tentativas de invasão por parte de outras potências estrangeiras.

A cidade, que se estendia entre a Colina da Penha de França, com seu forte, hoje desaparecido, e o Monte, constrói-se muito rapidamente nas primeiras décadas do estabelecimento de Macau, durante a segunda metade do século XVI. Nos princípios do século XVII, já a cidade tem a forma que mantém nos primeiros 300 anos de existência, confinada entre as duas colinas, o Porto Exterior e o Porto Interior.

É do século XVI, a fundação das Igrejas Paroquiais de Sto. António, eventualmente a primeira a ser fundada, provavelmente de 1557, pois já havia menção dela em 1562⁷, ainda de arquitectura rudimentar e perecível, de madeira e palha, como o eram todas as construções de Macau no princípio, seguindo-se-lhe a de S. Lázaro, cerca de 1557 também⁸, a de S. Lourenço em 1558⁹ e a Sé (noutro local que não o actual e permanecendo em mistério qual terá sido a primeira Sé duma diocese fundada em 1576 pelo Papa Gregório XIII, por bula *Super Specula Militantis Ecclesia*)¹⁰. À excepção da Sé, a construção das primeiras três paroquiais é feita durante os três primeiros anos da fundação de Macau.

A fundação dos conventos datam de 1586 o de Sto. Agostinho, de 1587-1588 o de S. Domingos, entre 1593 (data da mudança dos jesuítas das instalações precárias junto à então Ermida de Sto. António, para a actual posição junto ao Monte) e 1602-ca.1638 (período da construção da fachada e escadaria de S. Paulo) a monumental Igreja da Assunção de Nossa Senhora do Colégio da Madre de Deus, de 1633 o de S. Francisco e de 1634 o do Convento de Sta. Clara.

A cidade é fortificada nos princípios do século XVII, com a construção das fortalezas do Monte, sobranceira à cidade e que cruza fogo



com a da Guia, a de S. Tiago da Barra que controla a entrada do Porto Interior, e a linha de defesa de costa com a Fortaleza de S. Francisco, o Fortim de S. Pedro (a meio da Praia Grande e hoje desaparecido) e o Baluarte de Nossa Senhora do Bom Parto, de onde subia um muro fortificado para a fortaleza da Penha de França (também desaparecida). Há referências históricas a um outro fortim da Palanchica (também desaparecido) que se implantava sobranceiro ao Porto Interior, defendendo a Praia Pequena, junto à primitiva Ermida de Sto. António, para os lados da Gruta de Camões.

Os outros fortes de Mong-Há, D. Maria II e Taipa, são já do século XIX e têm uma função diferente dos primitivos.

A cidade cresce depressa devido ao lucrativo comércio com o Japão e é descrita na época como rivalizando com Goa.

Estrutura-se ao longo da espinha dorsal constituída pela Rua Direita (antigo nome dado ao Largo do Leal Senado) e que actualmente é constituída pelo conjunto de ruas da Barra, do Padre António, S. Lourenço, Central, Sé e Ruas da Palha e S. Paulo, até a este importante monumento. Assim se ligava, e liga, o Templo da Barra ao conjunto de S. Paulo e do Monte, estruturando as duas cidades, Cristã e China, a primeira residencial e voltada para o Porto Exterior e a segunda – o Bazar comercial e residencial, habitado pela laboriosa população chinesa de Macau – voltada para o bulício do Porto Interior.

Os 200 anos que se seguem A resistência na adversidade

Durante os 200 anos de declínio, estagnação e agonia, que se seguem aos primeiros 100 anos de crescimento e apogeu, a cidade arruina-se lentamente.

Com a queda de Malaca na mão dos holandeses em 1641, começa o longo e agonizante declínio de Macau, que tem de se recorrer de

inúmeros expedientes e tentativas de comércio alternativo para sobreviver aos revezes da fortuna.

Neste período, a cidade vai sendo desertada pela maior parte dos seus habitantes masculinos, que dela saem à procura de melhores condições de vida.

Ficam abandonadas à miséria e sujeitas à caridade, mulheres e filhos desvalidos.

O estado de decadência financeira e moral é tão grande que o território é descrito com severidade pelo Padre Arrábido José de Jesus Maria, aquando da sua estada em Macau de 1742 a 1745: *«Sensível hé com o maior excesso ver o miseravel estado em que pellas rezoens ditas se acha Macao no prezente tempo pello seu grande desgoverno, e falta de attenção ao bem comum; pois não so padece o povo pelo mao governo nos que tão mal o governa, mas pello excessos dos chinasa que está subordinado e tão sogeito que em havendo qualquer accidente, ou opposição as suas rezolluçoens, determinão os Mandarins se fexem boticas (isto he todas as loges em que se vende o comestivel), e tambem a porta do Cerco por donde os generos entrão, deixando a Macao em cerco, athé que a fome os precisa á satizfação dos seus deaignios; e sobre as gentes e costumes No governo politico, e do economico, na qualidade, civilidade, costumes, aççoens, tratamento, e genio das gentes de Macao me resolvo a não dizer o que no presente tempo se observa, por vergonha minha, e credito da Nação; porque havendo nesta cidade algumas pessoas (mas poucas) que cuidão da sua reputação, com honra, verdade e brio, pellas mais se acha todo Macau inficionado, sendo sem conto os enredos, falçidades, testemunhos, odios, vinganças; e o peor hé que arguindo alguns, me responderão que ninguem podia viver em Macao sem mintiras, enganos, trapaças e carambolas. Não fallo nos vícios a que se inclinão, em os quais dos portos estrangeiros a donde vão, vem mestres jubilados; não fallo por pejo na pessima satisfação que mui-*

tos dão dos dinheiros que aqui para as suas negociações pedem a risco, porque as comunidades Religiosas, a Santa Caza da Misericórdia, o R. Cabbido, as Irmandades, e Confrarias das igrejas que tinham avultados fundos para a sua subsistência, estas e muitas pessoas particulares, he que podem responder pello que sentem, vendo os seus cofres espoliados sem restituição alguma, e Macao, por justo castigo de Deos posto em deploravel estado»¹¹.

A cidade sofre com isso. Nada se constrói de novo. À decadência, segue-se a ruína dos seus edifícios, conforme descreve também o Frade Arrábido: «Não ha nesta cidade pessoa alguma morada de cazas que aluga, e os mais dos alugadores as não pagão por não ter com que ao tempo que se lhe pede, do que rezulta não ter seu dono lucro nellas, sim so despeza nos concertos; muitos as tem deixado cahir, e bairros quasi interiors se acham arruinados; porque como os home[n]s não tem outra vida mais que a navegação, e por desprezo ocupar-se na terra em algum officio, sendo tanta a sua prezunção, que desconhecidos de si mesmos arrebenção de fidalgos, se por tempos escapão de morrer em os naufragios, gastão pellos portos estrangeiros a donde vão, em varios vicios o dinheiro allheio, e por lá se deixão, ficar muitos, deixando também nesta cidade suas molheres e filhos, ou expostas ás misérias a que talvez a grande necessidade as preciza, ou morrendo muitas ao desamparo»¹².

Abandonado à miséria, e às intempéries, o imponente património construído durante o século XVII arruina-se e muito dele desaparece para sempre. Outro, sofre renovações tardias que lhes alteram a configuração original, como é o caso da maior parte das igrejas, que chegam aos nossos dias com a linguagem ornamental do século XIX.

Os templos chineses continuam a sofrer as habituais obras de renovação que constituem o procedimento tradicional dos orientais face à

arquitectura e como esta comunidade sofre menos os revezes da fortuna, alguns templos são construídos durante o século XVIII, como por exemplo o do Patane.

As fortalezas vão-se aguentando, pela sua solidez e utilidade. Mas também estas muito deterioradas, conforme testemunhado por diversos relatórios de vistorias feitas durante os séculos XVIII e XIX.

Uma luz ao fundo do túnel As duas metades do século XIX

Com a vinda de outras potências estrangeiras e o estabelecimento em Cantão das feitorias, começa Macau a conhecer um ténue crescimento que se vai acentuando à medida que se aproxima a Guerra do Ópio.

Com efeito, estes estrangeiros trazem um dinamismo que desperta a letargia dos macaenses.

Ao princípio, timidamente. Mas com o andar dos tempos, novas perspectivas se abrem nos comércios clandestinos, de que Macau sempre viveu desde o início.

Mas as alternativas comerciais passam do comércio clandestino das inofensivas especiarias, da prata, das sedas e do sândalo, para o comércio do perigoso ópio, que os ingleses implementam em grande escala, acobertados pelo *Select Committee* da Companhia Inglesa das Índias Orientais, que havia tomado de renda a Casa do Jardim da Gruta de Camões, construída provavelmente pelo primeiro proprietário que se lhe conhece, o Conselheiro Manoel Pereira, em 1770, «Fidalgo Cavaleiro da Casa Real do Conselho de Sua Magestade, Conselheiro da Fazenda, Comendador das Ordens de Cristo e da Senhora da Conceição de Vila Viçosa, um dos fundadores da Casa de Seguros de Macau e seu Vice-presidente e Tesoureiro»¹³.

Macau conhece assim um certo incremento e novas fortunas se fazem à sombra do estupefaciente.

O Bazar Chinês amplia-se. Constrói-se a Casa do Ópio e a nova frente do Porto Interior, já no terceiro quartel do século XIX, com a peculiar e característica arquitectura de Macau. Vão-se continuando os aterros da Praia Pequena e da Praia do Manduco, no Porto Interior (já iniciados no século XVIII) para fazer face às necessidades de crescimento da laboriosa população chinesa que enriquece também à sombra do ópio.

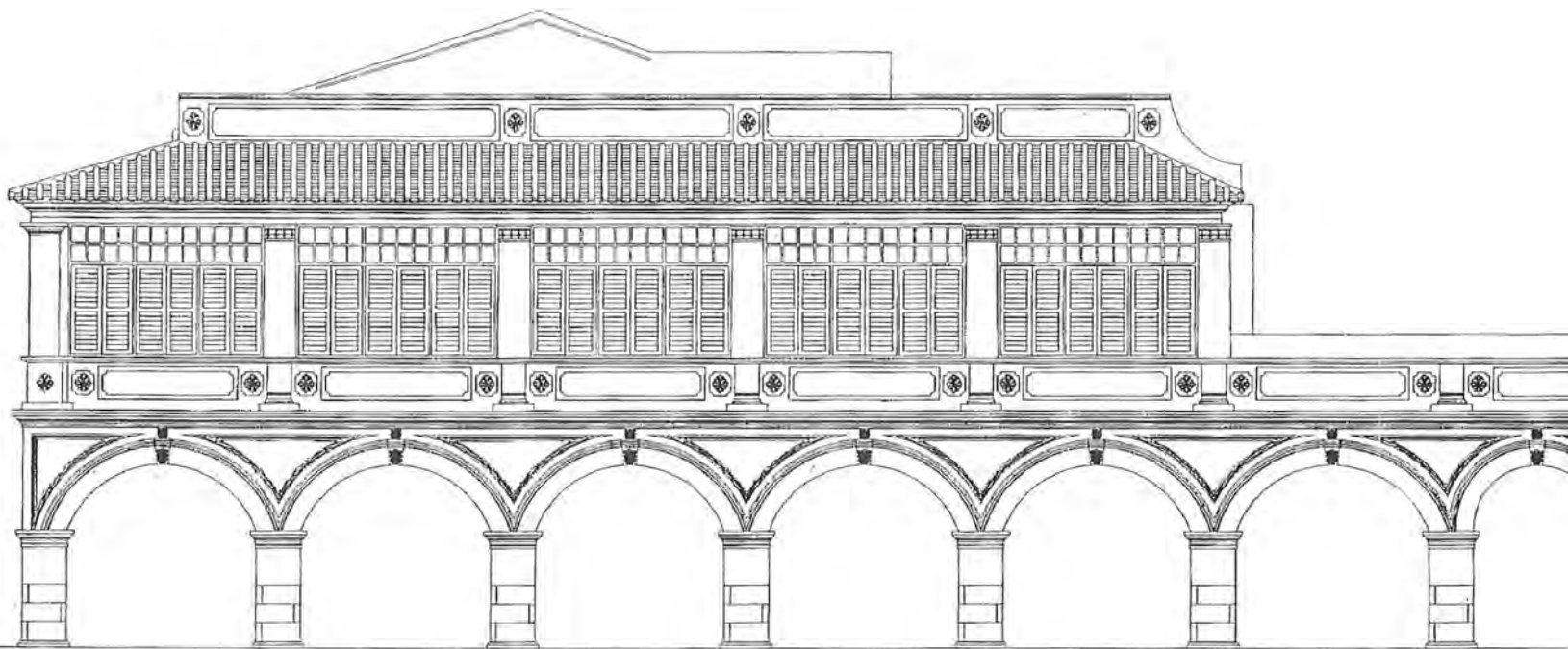
Constrói-se a Rua da Felicidade, para além da Travessa do Aterro Novo. A Rua 5 de Outubro será a linha de costa mais avançada sobre a Praia Pequena que vai desaparecendo.

Muitos templos chineses são construídos durante este período, como é, por exemplo, o caso dos templos do Bazar e de Lin Kai.

Com a Guerra do Ópio e o advento de Hong Kong em 1842, torna Macau a regredir deste fogacho comercial. Contudo, pelas circunstâncias políticas que se seguem, reitera-se então a soberania portuguesa no território pelo poder de Ferreira do Amaral, iniciando-se a expansão da cidade para fora dos muros que a espartilhavam desde a sua fundação.

São agora os portugueses, na segunda metade do século XIX, a construir a Porta do Cerco e as fortalezas de Mong Há e de D. Maria II, desta feita

Alçado lateral da Casa do Ópio.



para se defenderem de eventuais ataques vindos do continente chinês, após o trágico assassinato de Ferreira do Amaral.

Constrói-se a Bateria 1º de Dezembro, junto à Fortaleza de S. Francisco, e ainda o Grémio Militar, hoje Clube Militar. São também deste período as primeiras grandes intervenções paisagísticas. Constrói-se o Passeio Público, junto à Fortaleza de S. Francisco, e a Alameda Vasco da Gama, entre o actual jardim com esse nome e o jardim da Vitória. Começa-se o grande projecto de arborização de Macau e o alindamento e reforço da muralha de protecção da Paria Grande contra as investidas do mar em fúria, aquando das frequentes tempestades tropicais. São também deste período a construção do Palácio da Praia Grande (em 1849¹⁴) – projectado pelo macaense Tomás de Aquino para residência do Barão do Cercal, mais tarde Visconde, actualmente a sede do Governo – e do Teatro D. Pedro V (em 1857), cuja construção se deve ao empenho de um grupo de cidadãos importantes de Macau da época, e cujo projecto se deve ao risco do macaense Pedro Germano Marques, que curiosamente o próprio Barão do Cercal melhora, projectando-lhe mais tarde a nova fachada construída em 1873.

Com a fundação de Hong Kong, cujo progresso económico lembra o de Macau nos seus primeiros 100 anos de existência, passa o território a seguir as flutuações desta importante colónia britânica.

Com a reconfirmação da soberania portuguesa, os solavancos da história, a neutralidade de Portugal durante a Segunda Grande Guerra, conhece o território episódios diversos que são ilustrados por construções importantes que lhe vão alterando a fisionomia progressivamente.

Entre 1911 e ca. 1920, abre-se a Avenida Almeida Ribeiro, obra que liga definitivamente as duas cidades, china e cristã, numa atitude de

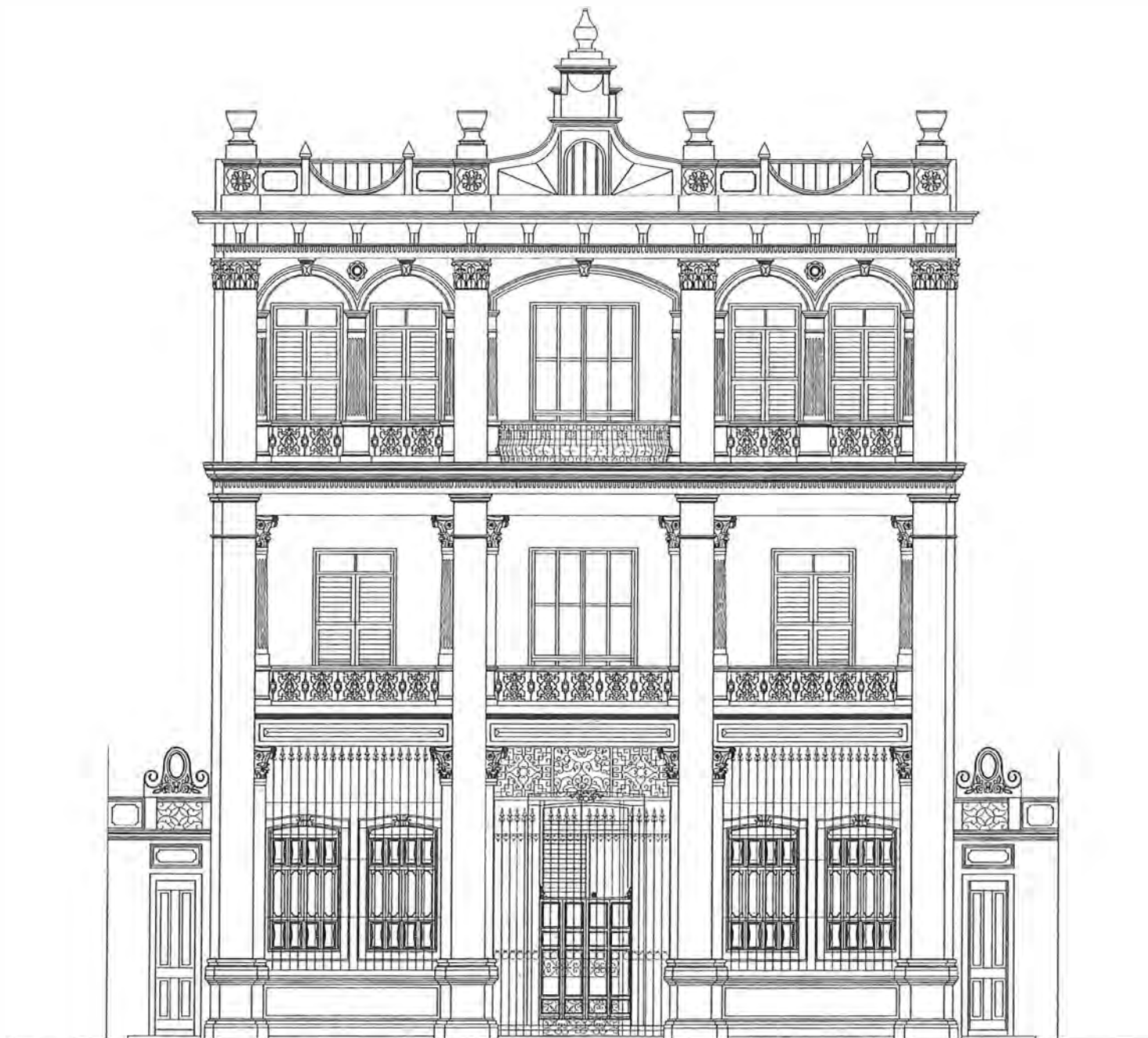
grande significado político e social, só possível pela consolidação da soberania e o reforço do poder do Governador sobre o do Senado. Estende-se definitivamente a cidade para fora da muralha, nos terrenos pantanosos que são drenados para o efeito. Inicia-se a construção do Bairro de S. Lázaro que obedece a um traçado rectilíneo regular.

Os Novos Aterros do Porto Exterior são da primeira metade do século XX e começa-se a fechar a Baía da Praia Grande. Dá-se lugar, depois da guerra, à construção do Tribunal, no ano de 1946¹⁵.

Durante o governo de Nobre de Carvalho, constrói-se a Ponte Macau Taipa, que ostenta o seu nome, ligando a península às ilhas, já ligadas entre si pelo istmo, e mais recentemente, nas últimas três décadas, conhece Macau os efeitos do *boom* económico de Hong Kong, sofrendo grandes transformações pelas mãos da especulação imobiliária e da concessão de terrenos, que depois do jogo constituiu a segunda grande fonte de rendimento para a Administração do território.

Com a política de aterros, unem-se a Taipa Grande e a Taipa Pequena, na grande urbanização da Baixa da Taipa. Desaparece definitivamente a Baía da Praia Grande, cujas casas apalaçadas começaram a ser sucessivamente demolidas nos anos 70. Em face disso, é dessa época (1976) a primeira grande legislação de protecção do património, que veio a ser posteriormente ajustada em 1986 e 1992, ano em que se dá grande incremento à maciça acção de restauro da maioria dos Monumentos, Conjuntos e Sítios classificados de Macau.

Em texto que escrevi para o catálogo da exposição «Na Afirmação de uma Identidade», que o Instituto Cultural de Macau organizou para assinalar os 15 anos da sua existência activa como guardião dum passado e singularidade



cultural, e promotor de novas expressões que evidenciam essa singularidade, referi que a «A importância da afirmação de qualquer identidade, reside no facto de alertar a população para o que de qualquer forma a identifica das demais, sublinhando as diferenças e o que constitui característica única no contexto das regiões mais vastas em que estas populações se inserem.

Se em todo o mundo, cada vez mais reduzido e com tendência para se uniformizar; estas questões são, por isso mesmo, de vital importância, em Macau, território tão pequeno da vastíssima região do Sudeste Asiático, esta afirmação da sua identidade assume-se com maior acuidade ainda, em face do momento histórico que atravessa e da característica de que sempre se revestiu, como ponto de passagem e de curta permanência, dum largo e significativo estrato da sua população.

A arquitectura, o urbanismo e o paisagismo, de entre outras áreas das manifestações culturais de um povo, são, pela natureza intrínseca da sua escala, documentos evidentes duma identidade que permanece, perante a qual o cidadão, ou o visitante, se interroga sobre a história desse local, da cultura que lhe é inerente e das razões que estão na origem das diferenças que interessa manter.

Mais do que qualquer outra disposição escrita, ou acordo firmado em documento oficial, a alma de um povo, consciente da sua identidade, reclamará sempre aquilo a que se julga de direito em defesa da manutenção dum estilo de vida.

Assim, a afirmação de uma identidade, em qualquer povo, virá sublinhar de forma evidente, uma maneira muito própria de estar na vida, que importa respeitar».

Com efeito, para além do romântico gosto pelo passado e persistência das suas memórias, a razão mais prática que move os intervenientes nas decisões de salvaguarda dos chamados valores culturais do passado é de natureza política.

Desta forma se evidenciam características, que a manter-se, indiciam a vontade política de uma evolução harmoniosa e sem sobressaltos, ou seja, a criação de novos valores que assentam numa sedimentação consolidada e compreendida, por vezes com o contributo enriquecedor de influências estranhas, mas que somadas às autóctones, ilustram uma identidade evolutiva, não divorciada do passado e que individualiza uma região, um país, um povo.

O património de um povo é o espelho da sua história, o testemunho evidente da sua evolução e identidade, que analisado no seu conjunto, tornará compreensível ao cidadão ou visitante, o percurso por que passou a história dessa comunidade, como uma sucessão de fotografias num álbum de família.

¹ Manuel Teixeira, *Pagodes de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, p. 47.

² Ana Maria Amaro, «O Espírito Protector da Cidade», *Revista Macau*, II Série, n.º 16, pp. 95-97.

³ Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. 1, Macau, D.S.E., 1992, p. 43.

⁴ *Idem*, vol. 3, p. 25.

⁵ *Idem*, vol. 4, pp. 59-60.

⁶ Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, Macau, Livros do Oriente, 1990, p. 81.

⁷ Beatriz Basto da Silva, *op. cit.*, vol. 1, p. 44.

⁸ Padre Montanha, «Apparatos para a História do Bispado de Macau», citado por Videira Pires S.J. in *O IV Centenário dos Jesuítas em Macau*.

⁹ José de Jesus Maria, *Asia Sínica e Japónica*, edição facsimilada por Charles Boxer, volume ICM e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, p. 126. A nota (d) deste excerto é do próprio frade que obtém a informação dos «Memor. da Comp. na Procuratura da Prov. do Japão no Colleg. de Macao – P. Sousa Or. conq.»

¹⁰ Beatriz Basto da Silva, *op. cit.*, vol. 1, p. 53.

¹¹ José de Jesus Maria, *op. cit.*, p. 234.

¹² *Idem*, p. 231.

¹³ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, volume I, Macau, Imprensa Nacional, 1979, p. 220.

¹⁴ Manuel Teixeira, *Residência dos Governadores de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Turismo e Comunicação Social, p. 18.

¹⁵ Sérgio Infante, Rogério Beltrão Coelho, Paula Alves e Cecília Jorge, *Cem Anos que Mudaram Macau*, Macau, Governo de Macau, 1995, p. 111.